CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-01-16	
O Secretário da Mesa	
Diogo Leão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Diogo Leão (Assinatura Qualificada) Date: 2020.01.16 17:08:52 +00:00 Reason: Location:

[X] **REQUERIMENTO** Número 486 / XIV (1 .ª) - AL

[ ] **PERGUNTA** Número / (.ª)

Assunto: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo

Destinatário: Câmara Municipal de Odivelas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

O Jornal de Notícias dá hoje conta de que o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (Mosteiro de Odivelas) está ainda sem projeto de requalificação.

Desde a transferência do Instituto de Odivelas para as instalações do Colégio Militar, em 2015, que a Câmara Municipal de Odivelas mostrou interesse em ficar com o espaço, então libertado. O processo arrastou-se dois anos em burocracias, envolvendo os ministérios da Defesa e das Finanças, de um lado, e a autarquia, do outro.

Finalmente, em julho de 2017, num despacho assinado pelos secretários de Estado do Tesouro e da Defesa Nacional e publicado em Diário da República, o Estado determinou a "autorização de cedência de utilização" do mosteiro ao município de Odivelas, "com vista à sua requalificação e adaptação para instalação de serviços municipais e outros de utilidade pública". Em troca, a Câmara comprometia-se a realizar um "investimento de 16 milhões de euros + IVA" em obras de recuperação e ao "pagamento de uma renda mensal de 23 mil euros"».

Efetivamente, a autarquia já terá alegadamente pago 218 mil euros pelo espaço, sem que, no entanto, seja conhecido o futuro do Mosteiro.

A demora tem também consequências no elevado estado de degradação do edifício que piora de dia para dia, bem como a sua exposição a possíveis furtos.

Ainda de acordo com a notícia, em março passado terão sido apresentadas 61 propostas para a futura utilização do Mosteiro e a Câmara Municipal de Odivelas estará a reunir com os respetivos autores.

Não se sabe, porém, quando arrancarão as tão necessárias obras de recuperação do espaço e qual será a sua utilização.

O CDS Odivelas, através do seu Presidente, tem proposto para o espaço um conjunto de respostas sociais, desde uma creche, uma residência universitária e até um centro de dia para idosos.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, a seguinte informação:

1- Confirma V. Exa. que não existe ainda projeto de requalificação para o edificado do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo?

2- Confirma V. Exa. a existência de 61 propostas para a futura utilização do Mosteiro?

3- Confirma V. Exa. que estão em curso reuniões entre a Câmara Municipal de Odivelas e os respetivos autores? Em que ponto estão essas reuniões e com que resultados?

4- Tem o executivo da autarquia uma ideia própria para a utilização do edifício? Qual?

5- Quando arrancam as obras estruturais no edificado do Mosteiro?

6- Quanto tempo se prevê para a sua concretização?

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2020

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.